

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA COMO PROCESSO IDENTITÁRIO: ASPECTOS LINGUÍSTICOS NO MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

LINGUISTIC VARIATION AS AN IDENTITY PROCESS: LINGUISTIC ASPECTS IN THE WRITING MANUAL OF THE PRESIDENCY OF THE REPUBLIC

Recebido: 30/06/2023

Aprovado: 17/06/2023

Publicado: 31/07/2023

DOI: 10.18817/rlj.v7i1.3218

Taís Luciana Rovina¹

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-9016-029X>

Resumo: A Sociolinguística variacionista é uma ciência que observa a língua em uso, especialmente as variações linguísticas e os fatores que motivam essas variações, dentre eles, a identidade linguística das comunidades de prática. A esfera profissional é um campo onde se constituem diversas comunidades de prática, as quais compartilham interesses, valores, crenças e convenções. Uma delas é a esfera oficial, na qual há convenções que devem ser rigorosamente respeitadas pela comunidade, por esse caminho, este artigo versa sobre as prescrições linguísticas do Manual Oficial da Presidência da República (2008), como um documento que não só demarca, mas também contribui para a identidade linguística da comunidade. O referencial teórico-metodológico selecionado para a análise do corpus é amparado pelos conceitos erigidos por Bortoni-Ricardo, Eckert, Labov e Soares. Essa pesquisa evidenciou que o documento analisado apresenta predileção ao uso da norma culta e padronização do estilo e forma, não abrindo espaço para alterações e, do ponto de vista sociolinguístico, estilizando aos moldes da sua comunidade, informações que, em muitos casos, são de interesse público.

Palavras-chave: comunidade de prática; identidade linguística; sociolinguística.

Abstract: Variationist Sociolinguistics is a science that observes the language in use, especially the linguistic variations and the factors that motivate these variations, among them, the linguistic identity of the communities of practice. The professional sphere is a field where diverse communities of practice are constituted, which share interests, values, beliefs and conventions. One of them is the official sphere, in which there are conventions that must be strictly respected by the community, by this way, this article deals with the linguistic prescriptions of the Presidency of the Republic Official Manual (2008), as a document that not only demarcates, but also contributes to the linguistic identity of the community. The theoretical-methodological framework selected for the analysis of the corpus is supported by the concepts erected by Bortoni-Ricardo, Eckert, Labov and Soares. This research showed that the analyzed document presents a predilection for the use of the cultured norm and standardization of style and form, not opening space for changes and, from the sociolinguistic point of view, stylizing the molds of its community, information that, in many cases, is of public interest.

Keywords: community of practice; linguistic identity; sociolinguistics.

¹ Mestranda em estudos linguísticos na Universidade Estadual de Maringá. Especialista em Docência no Ensino Superior: Tecnologias Educacionais e Inovação (2019); Especialista em Leitura e Produção Textual (2019); Especialista em Gestão Educacional - Administração, Supervisão e Orientação (2012); Graduada em Letras - Português e Inglês pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (2016) e graduada em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade Estadual de Maringá (2006) - Cartão de Registro Profissional nº2383/PR. Atualmente é professora mediadora no Centro de Ensino Superior de Maringá NEAD (Núcleo de educação a distância). Além do trabalho docente, possui experiência na produção de materiais didáticos, na elaboração de questões para atividades de estudos e avaliações. Atua, também, em bancas de elaboração de questões para concurso público. E-mail: taisrovina@hotmail.com

1 Introdução

A partir da denominada “virada pragmática da linguística”, considerou-se estudar a linguagem em uso. Nesse contexto, a construção dos enunciados e dos sentidos que emergem deles são estudados também a partir de situações comunicativas, as quais entende-se que não acontecem de forma aleatória, mas em um processo que envolve elementos extraverbais, tais como a intertextualidade, o contexto de produção textual, a relação autor-texto-leitor e as relações dialógicas.

Esse momento reflexivo sobre o estudo da língua favoreceu (e favorece, visto que é uma constante) o surgimento de correntes de estudos linguísticos, dentre eles a sociolinguística, que busca observar a ocorrência de variações linguísticas sob dois aspectos: o interno (a própria língua oferece condições para ocorrer variação) e o externo (as diferenças sociais, regionais, sexo, idade, origem étnica, escolaridade etc.).

Nesse contexto, os estudos sociolinguísticos, rompendo com a ideia de homogeneidade linguística até então enfatizada no ensino, abordam e estudam várias temáticas relacionadas ao ensino e aprendizagem da língua portuguesa, contribuindo com reflexões sobre aspectos como diferença linguística ao invés de deficiência linguística, comunidades de fala, monitoração estilística conforme diferentes contextos comunicativos, comunidades de prática, entre outros aspectos sociointeracionais que são essenciais para o desenvolvimento do estudante e também para o combate, ou ao menos minimização, do preconceito linguístico.

Todavia, a sociolinguística ainda carece de valorização e entendimento por parte da educação brasileira para que, de fato, se possa trazer para a escola e para a sociedade as suas contribuições de forma mais efetiva. No contexto brasileiro, os estudos realizados por pesquisadores mostram que os materiais didáticos já apresentam a temática da variação linguística em sua composição, porém, se restringem às variações regionais e de cunho formal versus informal, e com aplicações que ainda carecem de problematização sociocultural e/ou extrapolar com maior amplitude a riqueza de discussões que podem ser propostas.

Assim, buscando contribuir com discussões sobre as temáticas abordadas nos estudos sociolinguísticos e amparados nos estudos acerca das comunidades de prática linguística, que versam sobre variações utilizadas em grupos profissionais, este artigo aborda a variação linguística como um processo que marca a identidade

do grupo, inclusive pelas escolhas feitas ao se comunicar, e como se apresenta esse processo no Manual de Redação Oficial da Presidência da República.

Previamente as análises revelaram que na esfera oficial, a comunidade de prática preza pelo uso da norma culta e rigorosa padronização de estilo e formatação das comunicações, não abrindo espaço para as variações que ocorrem a partir da língua em uso, restringindo, em alguns casos, à sua comunidade, a clareza das informações, que devem ser, por lei, de amplo conhecimento público. A organização deste artigo foi elaborada a partir de uma introdução acerca do assunto e seções intituladas: Variação linguística e identidade: considerações teóricas; A comunicação oficial e o Manual de Redação da Presidência da República; Informações metodológicas; As prescrições da parte I do Manual de Redação da Presidência da República marcando a identidade desse órgão institucional e Considerações finais.

2 Variação linguística e identidade: considerações teóricas

Os estudos que compreendem a língua a partir de uma vertente normativa consideram que existe uma norma ou variedade padrão que é concebida pelos gramáticos como homogênea, prescritiva, ideal, prestigiada, não admitindo variações. Para Faraco e Zilles (2016), essa norma padrão é vista como conjunto de usos esperados para determinados contextos, ou um modelo para uso com fins específicos (padronização), uma língua tomada como esperada, idealizada, assim, se marcando como um distanciamento entre o real e o ideal ao passo que desconsidera e/ou tenta controlar as variações, e, por consequência, movimenta um processo de exclusão (nos mais diversos aspectos) dos falantes que as utilizam.

Em contrapartida, a sociolinguística é um ramo da linguística que busca explicar a heterogeneidade da língua considerando fatores internos e externos do sistema linguístico. Também conhecida como teoria da variação, os pesquisadores dessa área trabalham para explicar e mapear as possibilidades de diferentes maneiras de comunicação em um mesmo contexto, enfatizando que os diferentes falares podem assumir uma mesma valoração.

Nesse caminho, para a sociolinguística a língua é viva, um organismo vivo em constante mudança, que admite e incorpora variações. Conforme registrado no Glossário Ceale da FAE – Faculdade de educação da UFMG, Bagno (2022) assevera que

A consciência de que a língua é variável remonta à Antiguidade, quando os primeiros estudiosos da língua grega tentaram sistematizá-la para o ensino e para a crítica literária. Eles, no entanto, fizeram uma avaliação negativa da variação, que viram como um obstáculo para a unificação territorial e para a difusão da língua. Foi nessa época (século III a.C.) que surgiu a disciplina chamada *gramática*, dedicada explicitamente a criar um modelo de língua que se elevasse acima da variação e servisse de instrumento de controle social por meio de um instrumento linguístico. A consequência cultural desse processo histórico é que o termo *língua* passou a ser usado, no senso comum, para rotular exclusivamente esse modelo idealizado, literário, enquanto todos os usos reais, principalmente falados, foram lançados à categoria do *erro*.

Com os avanços das ciências da linguagem, essa visão foi abandonada: o exame minucioso de cada variedade linguística revela que ela tem sua própria lógica gramatical, é tão regrada quanto a língua literária idealizada, e serve perfeitamente bem como recurso de interação e integração social para seus falantes. (BAGNO, online, 2022)

William Labov é um dentre os nomes mais populares quando se fala em estudos voltados à variação da língua, sendo considerado pela academia como o “pai da sociolinguística”. Em uma entrevista concedida à Editora Parábola no ano de 2017, Labov explica que o objeto de estudo da Sociolinguística Variacionista é a língua:

Esse é o objeto que é o alvo do trabalho em variação linguística. Existem outros ramos da Sociolinguística que estão preocupados primordialmente com questões sociais: o planejamento linguístico, a escolha da ortografia oficial e outros que se preocupam com as consequências das ações de fala. Todas essas são importantes áreas de estudo, mas eu sempre tentei abordar as grandes questões da Linguística, como determinar a estrutura da linguagem – suas formas e organização subjacentes – e conhecer o mecanismo e as causas da mudança linguística. Os estudos da linguagem usada no dia a dia provaram ser bastante úteis para alcançar esses objetivos. (LABOV, 2017, p.1)

Seus estudos foram desenvolvidos na ilha de Martha's Vineyard, no estado americano de Massachussetts, na década dos anos 60. Eles evidenciaram de forma precursora e descreveram a variação linguística nas comunidades de fala estudadas, contribuindo bastante para o avanço das ciências que estudam a linguagem, ao enfatizar que diferença linguística não significa deficiência nessa área. Labov analisou a linguagem dos nativos da ilha, especialmente a pronúncia de alguns fonemas, e observou a relação entre fatores sociais tais como etnia, sexo, ocupação e idade com a linguagem usada pelos nativos dessa ilha, o que resultou em uma teoria que o estudioso chamou de “Teoria da variação” (ou Sociolinguística), a qual se apresenta dentre as mais populares sobre esse assunto.

Na perspectiva sociolinguística, uma comunidade de fala compartilha entre os seus membros normas e atitudes sociais. Para Labov (1972), o conceito de comunidade de fala é marcado por “um conjunto de normas compartilhadas”, as quais podem ser observadas em tipos explícitos de comportamentos avaliativos e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes em relação a níveis particulares de uso (LABOV, 1972, p. 121).²

Na mesma direção, para Soares (2002), do ponto de vista linguístico, ou sociolinguístico, nenhum dialeto ou linguagem é superior com relação a outro, o que se evidencia é que não há “deficiência linguística”, mas diferentes falares (heterogeneidade linguística) e sobre eles um maior ou menor prestígio atribuído pelos diferentes grupos sociais. Para a autora,

embora um grupo de pessoas que utilizam a mesma língua constitua uma comunidade linguística, isto não significa que essa língua seja homogênea e uniforme. A diferenciação geográfica e social entre segmentos de uma mesma comunidade linguística resulta em um correspondente processo de diferenciação linguística, que pode dar-se nos níveis fonológico, léxico e gramatical. O afastamento no espaço geográfico leva a variedades regionais: falares ou dialetos regionais (no Brasil, os falares amazônicos, nordestino, baiano, fluminense, mineiro, sulino, segundo a classificação de Serafim da Silva Neto, e ainda a oposição linguagem urbana - linguagem rural). A diferenciação social, em função das características do grupo a que se pertence o falante, ou das circunstâncias em que se dá a comunicação, leva a variedades sociais: dialetos sociais, ou socioletos, que ocorrem em grupos caracterizados pela idade, sexo, raça, classe social, entre outros, e níveis de fala, ou registros, determinados pelo uso que o falante faz da língua em diferentes circunstâncias ou contextos (registro formal, registro coloquial). (SOARES, 2002, p.40)

Em tempos atuais, falar em variação sob a ótica sociolinguística é ter ciência de que se tratam de usos e escolhas que o falante faz com base em seu repertório linguístico para se comunicar, e que se dão não de forma aleatória, mas seguindo certos padrões convencionados socialmente.

Tais escolhas evidenciam a sua formação sociocultural, o que possibilita, entre outros estudos, observação de lacunas educacionais, de grau de instrução, de pertencimento a determinadas comunidades, entre outros aspectos do campo de estudo sociolinguístico. Dentre eles, o modo de se comunicar se relaciona à identidade do sujeito com o grupo de falantes com o qual se encontra inserido, como

² “The speech community is not defined by any marked agreement in the use of language elements, so much as by participation in a set of shared norms. These norms may be observed in overt types of evaluative behavior, and by the uniformity of abstract patterns of variation which are invariant in respect to particular levels of usage.”

é o caso de determinadas profissões, por exemplo, nas quais os indivíduos alternam os estilos (maior ou menor monitoria das escolhas linguísticas) com base nas exigências da situação ou considerando o interlocutor.

2.1 A variação linguística como processo identitário

Em nossas diversas interações sociais e profissionais assumimos diversos papéis, como o de familiar, de aluno(a), de professor(a), de pai/mãe, entre outros. E nesses diferentes contextos de interação, mudamos (adequamos) a nossa forma de falar, fazendo uso de variações linguísticas próprias ou comuns a tais esferas de comunicação. A esse respeito, a sociolinguística variacionista compreende a variação “[...] como um dos principais recursos postos à disposição dos falantes para cumprir duas finalidades cruciais: (a) ampliar a eficácia de sua comunicação e (b) marcar sua identidade social” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 175).

O segundo apontamento da estudiosa é o que interessa e será enfatizado nesse estudo, uma vez que se busca discutir o fato de os falantes fazerem escolhas conscientes a partir de seus repertórios, com posicionamento de pertencimento a determinadas comunidades de prática, a exemplo, as laborais, as religiosas, entre outras. Sabe-se que a língua constitui um dentre os traços culturais de uma pessoa e que a sua aquisição se dá tanto por caminhos informais (nas relações sociais), quanto por vias formais organizacionais (instituições de ensino).

É em situações práticas comunicativas que emergem as variações linguísticas, motivadas pelo contexto de produção, pela faixa etária, sexo, profissão etc. A esse respeito, Eckert (2000) propõe o estudo da variação enfatizando esse fenômeno linguístico nas comunidades de prática, entendendo que os indivíduos escolhem pertencer a determinada comunidade com a qual se identifica, compartilhando nesta repertórios, entre eles, as práticas linguísticas. Dessa forma, o conceito de comunidade de prática vai além da ideia de pessoas compartilhando uma mesma língua ou dialeto, visto que

[...] a comunidade de prática (WENGER, 1998; ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010; ECKERT; MCCONNELL-GINET, 1997) é um agrupamento de indivíduos (comunidade) que partilham perspectivas em comum, valores e conhecimento (domínio), e que interagem entre si para se aperfeiçoarem e replicarem esses valores e conhecimentos (prática). Trata-se de uma construção social, e, como tal, está sujeita às práticas diárias dos indivíduos,

que interagem entre si e com outras comunidades. (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, s.p.)

Destaca-se, nesse sentido, que os indivíduos são entendidos em sua essência social (coletiva), transitando em várias comunidades de prática e contribuindo com elas, ao mesmo tempo em que constroem novos conhecimentos. “Tal foco possibilita-nos ver o indivíduo como agente articulador de uma variedade de formas de participação em múltiplas comunidades de prática.” (ECKERT; MCCONNEL-GINET, 2010, p.103).

Há diferentes discussões científicas que dedicam seus esforços a estudar a formação da identidade, tais como a psicologia e a sociolinguística. O que é comum entre elas, é o fato de o contato com o outro ser um dos fatores que indiscutivelmente contribui para a formação da identidade do indivíduo e se mostra sempre presente nas investigações. Esse contato se concretiza pela linguagem (daí o caráter social da língua), assim, entende-se a língua como um meio de manutenção da identidade dos indivíduos. Nas comunidades de prática, há indivíduos que desenvolvem liderança e os seus liderados se espelham (identificam) e aderem aos seus comportamentos, dentre eles, o comportamento linguístico (linguagem e estilo).

Assim como a língua é heterogênea, os seus usuários também são. Entretanto,

se nos propusemos a entender em que medida uma língua (língua portuguesa para sermos mais precisos) que ocupa diversos espaços geográficos, e que é influenciada por diversas crenças e culturas, se configura enquanto bem imaterial determinante de um espaço simbólico identitário, [...] a língua enquanto elemento identitário constituinte poderá imprimir marcas ou traços bem peculiares em seus falantes. (SANTANA, 2012, p. 53)

Dessa forma, fica evidente que a identidade enquanto mecanismo de constituição do “eu” diferenciando-se do “outro”, a qual sabe-se que é construída ao longo da vida das pessoas, é também constituída na/pela língua e as escolhas (variações) feitas ao transitar em diferentes comunidades refletem a identidade do indivíduo com essa ou aquela comunidade de prática linguística (afinidade com os interesses, valores, crenças etc.).

3. A comunicação oficial e o Manual de redação da presidência da República

O século XXI, com relação ao ambiente comunicativo, é marcado pela rapidez de informações e transformações tecnológicas. Todavia, ainda que os avanços tecnológicos ofereçam opções mais ágeis de interação, como videoconferência, redes sociais e outras ferramentas de interação em tempo real, a esfera dos negócios, contexto em que se encontram as instituições governamentais e empresariais, mantém preferência de produção de gêneros escritos. Uma explicação para esta preferência própria do contexto da comunicação organizacional está no fato dos documentos oferecerem respaldo legal e histórico aos interlocutores, que são explicados pela teoria dos arquivos ao estabelecer valor primário dos documentos: a comunicação e o seu valor secundário: valor legal e/ou histórico.

Os gêneros discursivos recorrentes nas esferas oficial e empresarial atendem à necessidade de interação entre as organizações, via comunicação direta com seus oficiais representantes e também interação com a população, quando é o caso (BRASIL, 2018). Assim, no que se refere ao seu emissor/locutor (quem assina o documento), observa-se que este tem posição considerada de prestígio social, pois atua em seu meio com representatividade institucional. Considerando tal representatividade, a pessoa responsável pela redação das comunicações precisa observar e empregar conhecimentos gramaticais e conhecimentos acerca do que se tem convencionado dentro da comunidade linguística a qual faz parte, para promover comunicação coerente e assertiva (dentro dos padrões esperados pela comunidade de prática).

O Manual de Redação da Presidência da República em sua versão atualizada e datada de 2018 está organizado em duas seções que tratam, respectivamente de: primeira parte dedicada à produção das comunicações oficiais, dividida em três capítulos, I) As comunicações oficiais (seção que contextualiza o universo da redação oficial), II) As comunicações oficiais (apresenta características estilísticas, bem como a padronização da estrutura, linguagem e formatação), III) Elementos de ortografia e gramática (seção que traz uma série de normas gramaticais com recomendação para serem rigorosamente respeitadas pelos redatores). E segunda parte denominada atos normativos, que trata de questões de cunho legal. Neste estudo a primeira parte do manual foi analisada sob a luz da sociolinguística variacionista, buscando tecer considerações sobre as prescrições e como estas revelam a identidade da comunidade de prática.

O manual em questão é um documento oficial a ser rigorosamente utilizado pela comunidade de prática e em seu prefácio revela e ao mesmo tempo instiga a identificação de sua comunidade linguística, a partir de registros que marcam essa identidade, o que já no seu prefácio é possível verificar:

O Manual conferiu maior segurança no seio da administração pública, uma vez que se trata de ferramenta teórico-referencial, que permite maior clareza e padronização tanto na produção dos atos de comunicação oficial quanto em seu cumprimento. Garante-se, nesse contexto, maior acessibilidade e assertividade aos atos administrativos. (MENDES, 2008, p.12)

Observa-se, no excerto, marcas que evidenciam características esperadas para a produção das comunicações oficiais, tais como “segurança”, “ferramenta teórico-referencial”, “clareza”, “padronização”, “acessibilidade” e “assertividade”. Importa registrar que se intenciona fazer uma reflexão acerca dos posicionamentos trazidos no Manual da Presidência da República, amparados na ciência sociolinguística variacionista, e não um questionamento acerca da qualidade teórica do manual em questão. A seguir algumas considerações serão registradas.

4 Informações metodológicas

Ao estudar a sociolinguística variacionista e a partir dessa ciência observar os conceitos de comunidade de prática, a temática profissional foi pensada como possível campo de investigação. Nesse contexto, chegou-se à esfera oficial, na qual foi encontrado o Manual de Redação da Presidência da República, documento padrão utilizado para as comunicações dessa comunidade. A escolha desse documento como corpus se deu pela sua relevância, visto que ampara as comunicações do órgão de maior poder governamental no Brasil.

De posse do objeto de análise, emergiu uma inquietação: como se apresenta a linguagem no manual e de que forma ela demarca a identidade daquela comunidade de prática? Para dar conta de responder essa indagação, uma revisão dos procedimentos teóricos e metodológicos com base nos estudos da Sociolinguística Variacionista foi realizada, com uma pesquisa bibliográfica e, em um segundo momento, a análise do documento.

5 As prescrições da parte I do Manual de Redação da Presidência da República marcando a identidade desse órgão institucional

Após a exposição teórica e metodológica, passa-se à análise do material, especificamente sobre a sua primeira parte, a qual apresenta considerações e regras para a comunicação da comunidade de prática em questão.

O manual se apresenta dividido em duas partes: a denominada “Parte I – As comunicações oficiais”, que é o objeto sobre o qual será tratado neste item visto que trabalha a comunicação, e a segunda parte, intitulada “Parte II – Os atos normativos”, a qual não será contemplada neste estudo por ser voltada a expedições legais. A Parte I – As comunicações oficiais - está subdividida em três capítulos. A partir de um olhar sociolinguístico voltado a cada um deles, algumas considerações serão a seguir registradas.

O capítulo I tece esclarecimentos com relação à comunidade de prática e expõe que a linguagem deve ser adequada, visto que precisam esclarecer regras, informar, sem perder de vista o próprio caráter público:

No caso da redação oficial, quem comunica é sempre o serviço público (este/esta ou aquele/aquela Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; e o destinatário dessa comunicação é o público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública, do Poder Executivo ou dos outros Poderes. Além disso, deve-se considerar a intenção do emissor e a finalidade do documento, para que o texto esteja adequado à situação comunicativa. (p.16)

Nesse trecho é possível observar a identidade da comunidade de prática demarcada. Tem-se de forma muito clara que os órgãos pertencentes ao serviço público compõem a comunidade de emissores aptos a utilizar a redação oficial, refletindo o fator “ocupação” mapeado por Labov na ocasião do seu estudo realizado desde a déc. de 1960, o qual se evidenciou como um fator social determinante de escolhas linguísticas, entre outros tratados na sua obra.³ Observa-se, ainda, que o excerto em questão levemente cita a adequação da produção textual ao contexto a aos interlocutores, todavia, há indicação de ênfase na intencionalidade e finalidade como direcionadores da produção textual. Mas, dentre os interlocutores, é citado o público, entendido como a população brasileira em geral, que apresenta uma parcela

³ Em seu livro Padrões sociolinguísticos (Sociolinguistic patterns, 1972), Labov apresenta os principais postulados teóricos e a metodologia de trabalho empírico com a linguagem, questionando e propondo um novo olhar sobre a estrutura das línguas e especialmente sobre os fenômenos da variação e da mudança linguísticas.

de pessoas com baixa escolaridade, o que fica, de certa forma, oculto no documento se há ou não preocupação em utilizar variedades acessíveis a esse público.

Na sequência, são apresentados itens denominados de “atributos da redação oficial”: clareza e precisão, objetividade, concisão, coesão e coerência, impessoalidade, formalidade e padronização, e uso da norma padrão da língua portuguesa (p.16). Esses elementos são próprios de padrões prestigiados de linguagem, o que sugere a manutenção da identidade da comunidade de prática da esfera governamental, de forma a marcar essa identidade social por meio dos recursos linguísticos adotados (Bortoni-Ricardo, 2005).

Porém, essas marcas de identidade geram barreiras à população com menor grau de instrução para compreender os documentos de ordem pública. Mesmo que não seja o destinatário primeiro, por assim dizer, muitos documentos governamentais precisam estar liberados ao acesso de todo e qualquer cidadão brasileiro, porém, em muitos casos o entendimento do conteúdo depende, por exemplo, de exposições feitas pelas mídias, simplificando-o de forma a estar mais acessível linguisticamente.

Ainda no primeiro capítulo, destaca-se a prescrição de uso de linguagem formal e padronizada, tanto para documentos de meio eletrônico como para documentos impressos. O uso da norma padrão é imperativo, não abrindo espaço para variações linguísticas, conforme excerto a seguir:

Em razão de seu caráter público e de sua finalidade, os atos normativos e os expedientes oficiais requerem o uso do padrão culto do idioma, que acata os preceitos da gramática formal e emprega um léxico compartilhado pelo conjunto dos usuários da língua. O uso do padrão culto é, portanto, imprescindível na redação oficial por estar acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas, regionais; dos modismos vocabulares e das particularidades linguísticas.

Recomendações:

- a língua culta é contra a pobreza de expressão e não contra a sua simplicidade;
- o uso do padrão culto não significa empregar a língua de modo rebuscado ou utilizar figuras de linguagem próprias do estilo literário;
- a consulta ao dicionário e à gramática é imperativa na redação de um bom texto. (p.21)

No trecho acima apresentado, tem-se registrado um posicionamento que sugere preconceito linguístico ao explicitar o padrão culto como “acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas, regionais; dos modismos vocabulares e das particularidades linguísticas”, uma vez que Soares (2002) pontua que em se tratando

sob uma ótica sociolinguística nenhum dialeto ou linguagem é superior com relação a outro.

Além disso, fala-se na sequência em “pobreza de expressão”, evidenciando que não há espaço para outras variações linguísticas nas comunicações oficiais, a não ser a adotada pela comunidade. Essa postura suscita uma reflexão sobre as recomendações do início do capítulo um do manual: “considerar a intenção do emissor e a finalidade do documento, para que o texto esteja adequado à situação comunicativa” (p.16). Seria essa premissa recomendada, então, apenas como direcionamento para o uso da norma culta? Mas e os documentos que têm acesso liberado para consulta a todo e qualquer cidadão brasileiro? Considerando a realidade brasileira, que tem a sua população heterogênea em diversos aspectos, como o cultural, o étnico racial, o social, grau de instrução, ficam estas indagações para o leitor refletir.

A segunda seção do primeiro capítulo trata das formas de tratamento a serem utilizadas no endereçamento, no vocativo e no corpo dos textos. Também trata detalhadamente da estrutura composicional dos gêneros ofício, mensagem e correio eletrônico (e-mail). Todas as orientações são colocadas em forma de prescrição, exemplificando situações de uso a fim de que sejam rigorosamente seguidas, não admitindo alterações.

O texto do segundo capítulo se mantém sob a ótica de usos linguísticos tradicionais prestigiados, ao passo que trabalha com padrões eruditos de escrita e estrutura composicional, demarcando o posicionamento da comunidade de prática com relação aos seus pares e demarcando um estilo bastante peculiar, ao qual essa comunidade de prática se identifica, herdada do colonizador do Brasil.

O terceiro capítulo trata de elementos de ortografia e gramática e orienta o uso da gramática normativa da língua portuguesa como referência para a escrita e a consulta, quando for o caso. A esse respeito, o Manual de Redação da Presidência da República esclarece e direciona:

As noções gramaticais apresentadas neste capítulo referem-se à gramática padrão, entendida como o conjunto de regras fixado a partir das gramáticas normativas da Língua Portuguesa. Optou-se, assim, pelo emprego de certos conceitos da gramática dita tradicional (ou normativa). Sublinhemos, no entanto, que a gramática tradicional, ou mesmo toda teoria gramatical, são sempre secundárias em relação à gramática natural, ao saber intuitivo que confere competência linguística a todo falante nativo. Não há gramática que esgote o repertório de possibilidades de uma língua, e raras são as que contemplam as regularidades do idioma. (p.50)

Nota-se que não há menção explícita sobre as variações linguísticas, nem mesmo para fins de garantir que o conteúdo da comunicação seja de fato compreendido por quem for a pessoa que se interessar. Ainda que o excerto “...*Sublinhemos, no entanto, que a gramática tradicional, ou mesmo toda teoria gramatical, são sempre secundárias em relação à gramática natural, ao saber intuitivo que confere competência linguística a todo falante nativo.*” quase que chegue a uma reflexão a esse respeito ao citar a gramática natural como competência linguística, essa questão não é desenvolvida.

Dessa forma, observa-se uma certa incoerência entre o fato de o manual trazer como um dos seus propósitos comunicar com “máxima objetividade e clareza”, todavia impor rigorosa padronização, uso da norma culta etc., restringindo, do ponto de vista linguístico, que parte da população brasileira compreenda de forma satisfatória e faça uso de informações de cunho público. Em muitos casos a imprensa jornalística é a ponte que favorece o entendimento, visto que é percebido em reportagens e noticiários um esforço em explicar o conteúdo, para além de noticiar os fatos.

Considerações finais

A Sociolinguística variacionista, ao prestigiar a língua em uso, explica que os diferentes modos de dizer algo podem assumir uma mesma valoração em uma situação comunicativa. Além disso, estuda as comunidades de prática linguística, que compartilham crenças, valores e padrões de uso, que serviram de base para a proposta de discussão nesta comunicação em forma de artigo científico.

A partir das convenções comunicativas estabelecidas ao longo do manual como, padronização de estrutura e estilo, utilização da variedade padrão da língua, uso rigoroso de pronomes de tratamento etc. observou-se que as orientações estilísticas presentes no Manual de Redação da Presidência da República revelam que se trata de um documento pautado em uma língua idealizada e prestigiada marcando a identidade da comunidade. Essa postura reflete, ainda em tempos atuais, a distinção étnica e social feita por meio da linguagem (vale citar casos como os afrodescendentes, os indígenas, moradores de regiões periféricas etc.), aparecendo em meios como o do poder executivo.

Os textos que permeiam o referido ambiente acompanham as convenções comunicativas estabelecidas, se materializando com estilo de escrita próprio e de

conhecimentos dos membros experientes da comunidade de prática, refletindo as crenças por ela cultivadas, como o fato de o redator dever prezar, entre outras convenções, pela objetividade e clareza – visando interpretação única – e o emprego de linguagem formal preestabelecida (pautada na gramática normativa) como apropriada para a ocasião comunicativa. Essa postura apresenta um padrão linguístico herdado do processo de colonização e formação do colonizador do Brasil, que é prestigiado como o ideal do “bem falar” e do “bem escrever”. É fato que o funcionamento da língua em seus contextos de uso requer certo nível de formalidade e que o sistema linguístico exige um ordenamento para exercer sua função comunicativa. Entretanto, não deve ser utilizado como meio para dificultar a compreensão daqueles que não tiveram acesso ao ensino formal escolar.

Com relação às variações, o documento analisado não faz menção e tampouco admite variações em suas comunicações expedidas, pois ao longo das prescrições a variação normativa é a que se estabelece como padrão a ser seguido. Todavia, chama a atenção quando em sua página cinquenta, de certa forma se autocontradizendo, expõe que a “gramática natural” (“saber intuitivo”) do falante se sobrepõe à gramática normativa. Esse posicionamento sugere que seria oportuna uma reflexão acerca das variações linguísticas no referido documento, pois não se pode negar o fato de que o território brasileiro é bastante grande e as situações comunicativas carecem desse entendimento para serem mais abrangentes e inclusivas. A dimensão continental do Brasil contempla múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais e regionais, com isso, pensar em uma linguagem mais objetiva e que atenda às necessidades linguísticas e contextuais dos indivíduos é uma forma de promover o conhecimento e o sentimento de pertencimento a um determinado grupo social.

Referências bibliográficas

BAGNO, Marcos. *Glossário Ceale: variação linguística*. FAE – Faculdade de educação da UFMG. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/variacao-linguistica>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegamu na escola e agora?: sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola: 2005.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.

CYRANKA, Lucia F. Mendonça. *Pedagogia da variação linguística é possível?*. IN: *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. Org.: Ana Maria S. Zilles, Carlos Alberto Faraco [et al]. 1 ed. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

ECKERT, Penelope. *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000.

ECKERT, P.; MCCONNELL-GINET, S. *Comunidades de práticas: lugar onde cohabitam linguagem, gênero e poder* (1992). In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p.93-108.

FARACO, Carlos A.; ZILLES, Ana Maria. *Para conhecer a Norma Linguística*. São Paulo: Contexto, 2016.

FREITAG, Raquel Meister Ko; MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. *Bancos de dados sociolinguísticos do Português brasileiro e os estudos de terceira Onda: potencialidades e limitações*. *Alfa*, São Paulo, 56 (3): 917-944, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-57942012000300009> . Acesso em: 16 nov. 2022.

FREITAG, Raquel Meister Ko. *Documentação Linguística de Comunidades de práticas*. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3606/SIDL_%20184-188.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 nov. 2022.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. 3. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

PARÁBOLA EDITORIAL (blog). *O futuro da sociolinguística*. Entrevista com Willian Labov, 2017. Disponível em: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/o-futuro-da-sociolinguistica> . Acesso em: 19/06/2023.

SANTANA, J. D. de. (2012). *Língua, cultura e identidade: a língua portuguesa como espaço simbólico de identificação no documentário: Língua - vidas em português*. *Linha D'Água*, 25(1), 47-66. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i1p47-66>.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 17 ed. São Paulo: Ática, 2002.